

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

GABRIELLY MARTINS DA CUNHA

**UM ESTUDO RELACIONADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUE
UTILIZA OS SERVIÇOS DO CENTRO POP EM PARANAGUÁ**

MATINHOS

2017

GABRIELLY MARTINS DA CUNHA

**UM ESTUDO RELACIONADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUE
UTILIZA OS SERVIÇOS DO CENTRO POP EM PARANAGUÁ**

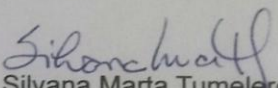
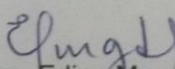
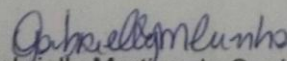
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral –para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero.

MATINHOS

2017

ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pela Profa. Dra. Edina Mayer Vergara e pela Profa. Msc. Mirian Cristina Lopes. Sob a presidência da Orientadora Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **GABRIELLY MARTINS DA CUNHA** (GLR20130174), sob o título *Um estudo relacionado à população em situação de rua que utiliza os serviços do Centro POP em Paranaguá*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido APROVADA com conceito AS. A aluna deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital via CD, até o dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, na Assessoria do Curso de Serviço Social.


Prof. Dra. Silvana Marta Tumelero
Orientadora
Prof. Dra. Edina Mayer Vergara
Integrante da Banca
Prof. Msc. Mirian Cristina Lopes
Integrante da Banca
Gabrielly Martins da Cunha
Aluna

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me abençoado em todos os momentos da minha trajetória acadêmica, me dando forças para prosseguir e chegar até aqui.

Aos meus pais, Mauricio e Amanda, por todo investimento que fizeram durante minha trajetória educacional, pela dedicação e por todo apoio. Serei eternamente grata por todo amor e carinho. E a toda a minha família.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Silvana Marta Tumelero, por toda a sua dedicação, incentivo e paciência durante esse processo de aprendizado. A professora teve papel fundamental na construção deste trabalho, pois aprendemos muitas coisas juntas. Sempre serei grata pelo conhecimento adquirido no decorrer desses anos. Tenho grande admiração pelo seu trabalho e me sinto honrada por ter sido sua orientanda. A senhora sempre será um grande exemplo para mim.

As minhas professoras, Prof.^a Dr.^a Édina Vergara e Prof.^a Mirian Cristina Lopes, por aceitarem a participar da banca de avaliação e pelos módulos no qual estiveram a frente do decorrer do curso, que contribuíram para enriquecimento desse trabalho e da minha formação acadêmica.

A minha supervisora de estágio, Leni Aparecida de Oliveira, que também me incentivou e apoiou durante minha formação, me proporcionou compreender os desafios da atuação do serviço social dentro do espaço sócio-assistencial.

A todos os demais profissionais do Centro POP que me receberam de braços abertos durante meu período de estágio e da minha pesquisa realizada para esse trabalho.

As minhas amigas, Fernanda Favaro e Gabrielle Cordeiro, pelas amizades, conversas, conselhos, viagens para faculdade e companheirismo durante esses quatro anos. Que não me deixou desanimar. Levarei todos os nossos momentos juntas em meu coração, muito obrigada.

Aos meus colegas de turma, que com tudo, foram companheirismo e essenciais para a construção de conhecimento em sala de aula.

Ao meu esposo Eduardo e sua família em especial a minha sogra Sol, pelo carinho, pelo apoio, paciência e compreensão por certos momentos que passamos no fim dessa caminhada, contribuindo com a minha formação acadêmica.

CASA DE PAPELÃO

Olhos nos olhos sem dar sermão
Nada na boca e no coração
Seus amigos são um cachimbo e um cão
Casa de papelão

Olhos nos olhos, preste atenção
Olha a ocupação
Só ficou você, só restou você
Uivo louco, sangue em choro
Pra agradar opressão

Não de foice ou faca
Esquartejada a alma amarga, amassa lata
Estoura pulmão
Toda pedra acaba, toda brisa passa
Toda morte chega e laça
São pra mais de um milhão

Prédios vão se erguer
E o glamour vai colher
Corpos na multidão

Na minha mente várias portas
E em cada porta uma comporta
Que se retrai e às vezes se desloca
E quantos segredos não foram guardados nessa maloca?
Flutuar no céu poluído da cidade e beber toda a sua mentira
Esperança à míngua, torneira sem água
Moeda? É religião que alicia
Vamos cantar pra nossos mortos
Vamos chorar pelos que ficam
Orar por melhores dias
E se humilhar por um novo abrigo

Não de foice ou faca
Esquartejada a alma amarga, amassa lata
Estoura pulmão
Toda pedra acaba, toda brisa passa
Toda morte chega e laça
São pra mais de um milhão

Prédios vão se erguer
E o glamour vai colher
Corpos na multidão

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar os determinantes que levam à situação de rua, a população que participa dos serviços oferecidos pelo CENTRO POP (Centro de Atendimento Especializado para População em situação de rua) em Paranaguá. Esta pesquisa possibilitou caracterizar o perfil desta população e compreender dos profissionais que trabalham com esta expressão da questão social, suas dificuldades e os desafios presentes nas relações sociais vividas pelos usuários do serviço. Este estudo apresenta uma breve trajetória histórica da política de atendimento à pessoa em situação de rua e os processos que levaram ao seu reconhecimento. Por fim, nos inserimos no Centro de Referência Especializado para População em Situação de rua, para buscar respostas dos participantes e profissionais do CENTRO POP à respeito do objeto de estudo.

Palavras-chave: População em situação de rua; Serviço Social; Direitos Sociais; Política Nacional para População em Situação de Rua

SIGLAS

CADIUNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CF Constituição Federal

CENTRO-POP Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social **CRAS** Centros de Referência de Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **IPQ** Instituto de Psiquiatria

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica aplicada

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social

MDSA Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

NOB Norma Operacional Básica

ONG Organização não governamental

PNAS Política Nacional de Assistência Social

SUAS Sistema Único de Assistência Social.

SDH Secretária de Direitos Humanos

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

2. A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO EM RUA BRASIL

3. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ATENDIDA PELO CENTRO POP DE PARANAGUÁ

3.1. Centro POP Paraguá

3.1.1. Acompanhamento Especializado

3.2. Serviço social no Centro Pop

4. Caracterização da população em situação de rua que utiliza dos serviços prestados pelo CENTRO POP

4.1 Paranaguá

4.2. Entrevistas com os profissionais do Centro POP Paranaguá

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade discutir os determinantes para a vivência nas ruas, encontrados pelos profissionais do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP) no município de Paranaguá.

Este tema nos instigou desde o início do estágio não obrigatório em Serviço Social, realizado pela UFPR, onde atuamos junto ao serviço do CENTRO POP no sentido de identificar e conhecer a trajetória dessa população. Trata-se de pessoas que fazem da rua o seu espaço de pertencimento, se encontram em extrema vulnerabilidade social relacionada à baixa renda, desemprego, dependência química, conflitos familiares, frequentam e utilizam os serviços prestados pelo CENTRO POP.

No decorrer de toda a ação realizada pelo Serviço Social, foram visíveis as barreiras e limitações no acesso aos serviços da proteção social por estes usuários. Uma vez que os limites de abrangência e cobertura imposta pela natureza seletiva de programas, projetos e serviços são fatores que contribuem com o não alcance de direitos sociais da população em situação de rua (SILVA, 2009). A participação dessa população no CENTRO POP de Paranaguá se deve ao fato de que a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) visa garantir os mínimos sociais, como programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

Considerando este público e sua condição como uma das expressões da questão social no município de Paranaguá, a implantação de um serviço de atendimento especializado como o CENTRO POP, nos permitiu a definição do objeto de pesquisa que teve como foco os desafios e características encontradas pelos profissionais e pela população referenciada neste Serviço, através dos dados coletados no equipamento.

Portanto, este trabalho tem como objetivo contribuir com o debate das possibilidades e limites encontrados diariamente pelos assistentes sociais na realização dos encaminhamentos e do trabalho desenvolvido, em especial considerando, o crescimento da demanda em Paranaguá. E, na construção de respostas, utilizarei também a experiência obtida no campo de estágio.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de nossa inserção no Centro POP de Paranaguá, na condição de estagiária, no período de Julho de 2015 a Julho de 2016,

através de contatos com os profissionais e a população ali inserida, conseguimos trabalhar em cima de alguns dados pesquisados e fornecidos pela instituição. O Centro POP é um centro de referencia para população em situação de rua, o seu trabalho é na busca de redução das violações de direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; proteção social a famílias e indivíduos; identificação de violação de direitos; redução do número de pessoas em situação de rua; Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua; Incentivo à formação e capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua, além da promoção de educativas permanentes para a sociedade; ação para o desenvolvimento de três eixos centrais: garantia dos direitos, resgate de autoestima e a reorganização dos projetos de vida; espaço de aproximação dos usuários com o serviço e a equipe, possibilitando o acesso às informações e orientações, bem como o acesso aos serviços da Rede Socioassistencial e demais Políticas Públicas; um espaço de diálogo e troca de experiências que visa ao fortalecimento das pessoas em situação de rua e o incentivo à reconstrução de novos projetos de vida

Inicia-se considerando o histórico de surgimento da população em situação de rua como expressão de um amplo processo social e histórico derivado de uma sociedade com estrutura capitalista com base na exploração e desigualdades sociais.

Para Silva (2009), a questão da população em situação de rua constitui-se como um fenômeno complexo de múltiplos fatores tanto estruturais (ausência de trabalho e renda, ausência de moradia, etc.), quanto biográficos (doenças mentais, consumo de álcool e outras drogas, ruptura com os vínculos familiares, etc.) ou ainda, fatores como desastres naturais (terremotos, inundações, dentre outros).

No entanto, para a autora, só a análise destes fatores não revela as causas da estrutura de tal fenômeno, sendo que suas bases foram fundadas na forma como se estrutura a sociedade capitalista que se inicia com o que Marx chama de acumulação primitiva, processo no qual se constituem duas classes, de um lado a figura do capitalista detentor dos meios de produção e de outro a do proletariado com apenas de sua força de trabalho.

Outro fator necessário ao processo de apropriação capitalista constitui-se na “sobra” de trabalhadores, ou seja, no exército de reserva para aqueles que estivessem

empregados temessem perder seu emprego, sendo assim tinham que ser obedientes e disciplinados, vendendo a preços baixos sua força de trabalho.

Na sociedade atual com o surgimento do neoliberalismo a questão da população em situação de rua se agrava gradativamente devido a fatores como o desemprego, a redução de gastos e investimentos governamentais na área social, as políticas sociais focalizadas e seletivas, a competitividade e o estímulo à individualização no mercado de trabalho (SILVA, 2009).

O que se pretende destacar é que o fenômeno da população em situação de rua não só é resultante, mas também está exposto às contradições pertinentes ao modo de produção capitalista, o qual diz que todos os cidadãos possuem direitos e oportunidades iguais, pois que a produção das riquezas seja socialmente construída e individualmente apropriada apenas por uma parcela dos detentores do capital e dos meios de produção.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo geral, analisar os fatores que levam pessoas à situação de rua, suas características e relações sociais. Para o alcance deste objetivo traçamos alguns caminhos de construção das informações e análises. Inicialmente, realizamos o levantamento de dados desta população inserida no CENTRO POP. Depois, buscamos identificar suas características e relações sociais. E por fim junto aos profissionais do CENTRO POP os desafios encontrados para a efetivação das políticas públicas destinadas a esta população.

Espera-se através desse trabalho contribuir e retribuir aos colegas, acadêmicos e profissionais do Serviço Social, relatando um pouco da realidade dos usuários que frequentam o CENTRO POP, os desafios encontrados pela equipe de referencia no seu cotidiano e suas intervenções diante de todas as situações ali encontradas. Também possibilitará um conhecimento maior sobre a Política para População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) e o Centro de Referencia Especializado para População em Situação de Rua. Os resultados da pesquisa serão de suma importância para os profissionais que ali estão, pois poderão auxiliar no desenvolvimento profissional e nas propostas de desenvolvimentos dos projetos desenvolvidos.

Toda a pesquisa foi pautada na coleta de dados e entrevistas realizadas por todos os profissionais do equipamento, buscou-se trabalhar a visão que todos os profissionais possuem sobre a condição da vida na rua e seus sujeitos. Visto que em todo tempo os

fatores que mais foram apresentados por esta população está totalmente relacionado à dependência química.

Para a elaboração deste TCC, fora realizada uma pesquisa social durante o período de estágio. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, escutas qualificadas e história oral através da técnica de entrevistas, além da pesquisa documental, bem como o acesso a obras e artigos que tratam dessa temática.

Para com Minayo (2013):

A pesquisa qualitativa responde à questões muito particulares. [...] Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida. (MINAYO, 2013, p.21).

Através da observação foi possível elaborar essa pesquisa. As atividades desenvolvidas durante o estágio no CENTRO POP, instigaram a busca sobre o tema e maior aproximação da realidade da população em situação de rua, interação com o grupo e com os profissionais.

O TCC está estruturado em três itens além desta Introdução, quais sejam: a questão da População em Situação de Rua no Brasil, um contexto histórico abordando essa população desde seus primórdios, motivos pelos quais recorreram ao espaço de rua e o numero crescente dessa população com o passar dos anos.

No terceiro capítulo será abordado o trabalho realizado pelo Centro POP no município de Paranaguá. Desde a sua instalação, até os dias de atuais. Será falado a respeito de todos os serviços prestados pelo equipamento e pelos profissionais que ali estão..

No quarto capítulo vamos trabalhar a caracterização como um todo dessa população. Com o intuito de compreender como se configura a população de rua assistida pelo Centro POP de Paranaguá.

2. A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO EM RUA NO BRASIL

Ainda que grande parte dos estudos sobre esse tipo de população tenha sido realizada no século XX, há registros de sua existência desde o século XIV. Portanto, a população em situação de rua não teve atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos fazem das ruas o seu pertencimento.

O que se obteve sobre a população em situação de rua, está apoiado na definição traçada pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que a conceitua como um:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2008b, p. 08).

Esta definição, bem como os termos pessoas, indivíduos e/ou população em situação de rua, se deve por entendermos conforme Siqueira e Pereira (2010, p. 1) que são termos que “[...] atribuem a este fenômeno um caráter processual e transitório, não identificando diretamente o indivíduo com a rua, mas com uma circunstância adversa e possivelmente passageira”. Diferente dos demais termos utilizados com vistas a definir o fenômeno, a expressão “situação de rua”, dá a ideia de um processo que não será necessariamente definitivo.

O Primeiro Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua foi desenvolvido no período entre agosto de 2007 e março de 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), hoje se chama Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO). Tal pesquisa teve como público alvo pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. Abrangeu 71 municípios brasileiros, destes 48 possuíam mais de 300 mil habitantes e 23 capitais independentemente de seu porte populacional. O estudo com abrangência nacional identificou um contingente de 31.922 pessoas adultas vivendo em situação de rua nos municípios pesquisados. (SILVA, 2009, p. 273).

Os municípios brasileiros que possuem mais moradores em situação de rua são: Rio de Janeiro (4.585), Salvador (3.289), Curitiba (2.776), Brasília (1.734), Fortaleza

(1.701), São José dos Campos (1.633), Campinas (1.027), Santos (713), Nova Iguaçu (649), Juiz de Fora (607) e Goiânia (563).

No Brasil na população em situação de rua, predominam as pessoas do sexo masculino (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que nunca estudaram ou não concluíram o ensino fundamental (63,5%). Em relação à cor, 39,1% são pardos, 27,9% negros, 29,5% brancos, 1,3% indígenas, 1% amarelo oriental e 1,2% de cor não identificada. A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais; Composta, em grande parte, por trabalhadores – 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; Parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos; 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos; 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições; 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possui qualquer documento de identificação; 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Entre os benefícios recebidos, destacaram-se: Aposentadoria (3,2%); Programa Bolsa Família (2,3%); Benefício de Prestação Continuada (1,3%);

As principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: alcoolismo/drogas (35,5%); desemprego (29,8%); desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

As pesquisas mencionadas, em que pesem os recortes geográficos e populacionais, informam sobre aspectos da realidade social de pessoas em situação de Rua Um dos problemas que a sociedade mais revela se refere à invisibilidade da população em situação de rua, por exemplo, na falta de documentação necessária para acessar serviços e benefícios sociais que o Estado garante (HALLAIS e BARROS, 2015).

Aqueles trabalhadores que executam tarefas relevantes à sociedade moderna, mas assumidas como de categoria de classe inferior pelos mais variados motivos, geralmente não são nem percebidos como seres humanos, e sim apenas como “coisas” que realizam trabalhos a que um membro das classes superiores jamais se submeteria. Em consequência, o que não é reconhecido não é visto, são inferiores pela sociedade em geral, apesar de sua importância econômica.

Segundo Valencio et al. (2008) a permanência desta população nas ruas produz uma territorialização precária, para além das vulnerabilidades que lhes sujeitam ao desamparo, tais como o desconforto ante as intempéries, a insalubridade e a insegurança, se acresce o não acesso aos serviços de proteção e seguridade social.

Essas pessoas relacionam-se com a rua segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, sem os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes na média da população brasileira. , Possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como integrantes da denominada 'população em situação de rua'.

Para melhor compreensão deste fenômeno recorremos ao quadro histórico, para Silva (2009) o qual nos leva a observar o processo histórico, onde a revolução industrial encerrou a transição entre o feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e do capital mercantil sobre a produção. Com isso os camponeses perdem as suas propriedades e vão vender a sua força de trabalho nas grandes indústrias das cidades. Porém muitos acabam mal sucedidos nessa nova aventura, e são descartados da produção capitalista, ficando a mercê das ruas.

Na época devido à falta da eficiência das políticas públicas, os trabalhos das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das Instituições Religiosas se destacavam. Em uma visão geral, eram instituições assistencialistas que atuavam na distribuição de alimentos, roupas e cobertas.

O processo histórico sobre a População de Rua no Brasil a partir do final da década de 80, onde o país inicia lentamente uma nova transição do assistencialismo para as políticas de Assistência Social. Onde, também, ocorreu a construção da nova Constituição Federal no ano de 1988. Foi uma força que impulsionou as políticas públicas sociais. Ainda mais diante dos artigos 5 e 6 da Constituição Federal como salienta:

[...]Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

Criou-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua quando esta parcela da população passou a demandar garantias dos seus direitos organizando-se

nacionalmente através de manifestações mais notórias no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua, iniciada pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993. Foi a partir de denúncias das agressões físicas e verbais que eles vinham sofrendo, nesse momento em diante ficou clara a vulnerabilidade e estigma social sofrido por eles.

Segundo o economista Francisco Menezes (2010), classifica a pobreza sendo cada vez mais intenso e se mostra como um fenômeno complexo e multifacetado. Convencionalmente é identificado por situações de carência de bens e serviços essenciais, frequentemente associados à escassez de renda para o atendimento das necessidades básicas. Portanto para o autor, a vulnerabilidade social é formada por pessoas ou lugares que estão expostos a exclusão e ela é um termo muito ligado a pobreza.

De acordo com a constituição de 1988, quando se fala em necessidade básica, é estabelecido que todos os cidadãos tenham direito a educação, moradia, lazer, alimentação, segurança.

Fenômeno presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades (CARVALHO, 2002), a existência de pessoas em situação de rua, traz na própria denominação ‘rua’ a marca do estigma e da exclusão a que se submetem.

Cabe ressaltar que entre os dias 19 a 22 de agosto de 2004 cerca de 19 “moradores de rua”, foram agredidos brutalmente com “pisões na cabeça”, sendo que 7 foram mortos, conhecido como o “Massacre da SÉ”. De acordo com as investigações na época, os crimes ocorreram com o intuito de silenciar os “moradores de rua”, pois eles sabiam de envolvimento de policiais com o tráfico.

De acordo com a entrevista dada por Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante do Movimento Nacional da População em situação de rua, para a Agência Brasil:

O problema continua, a violência continua, então estamos mostrando que não esquecemos, porque essas pessoas não podem ter morrido em vão. Os moradores de rua continuam sofrendo perseguições, morrendo sem atendimento. O massacre não acabou.

De acordo com os dados do Disque Direito Humanos, conhecido como disque 100, mostram que entre 2012 e 2013 houve um aumento de mais de 40% no número de denúncias de violência contra os moradores de rua. Sendo um dos tipos de violação mais recorrente é a negligência, seguida da violência psicológica e física.

No início do século XXI no ano de 2001 foi quando ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua. Em 2004 segundo (Brasil, SDH, 2013) foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua. Ainda no ano de 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Nacional (MDS) fez um Convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno – OAF/SP, com objetivo para fortalecer através de capacitação para o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua (SDH, 2013). No ano de 2005 conforme SDH, 2013 cita (COSTA, 2007; FERRO, 2012) é criado Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A criação deste movimento e de políticas públicas voltadas para a população em situação acarretaram diversos movimentos sendo um deles “O massacre da SÉ” um acontecimento trágico em 2004 no centro de São Paulo onde 15 moradores de rua sofreram violência e sete morreram. Também em consequência desta tragédia ainda no ano de 2005, vemos a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, sendo que este encontro faz parte do início da formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) 16 e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua.

A Política Nacional para população em situação de rua, instituída pelo Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) têm como objetivo envolver questões essenciais concernentes à parcela da população que faz das ruas seu espaço de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Segundo o mencionado Decreto, em seu Art. 5º:

[...] são princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Ela estabelece diretrizes que possibilitem a (re) inserção destas pessoas às suas famílias e comunidades, o acesso aos direitos garantidos, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social, segundo o Art. 6º:

[...] São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

A Política Nacional para População em situação de rua traz seus objetivos de maneira pré-estabelecida para a efetivação dos direitos presentes na política pública e na do equipamento:

[...] São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua; V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento; VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua; VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento; IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; XI - adotar padrão básico

de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º; XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Recentemente, um dos avanços da política foi a possibilidade de inclusão desta população no Cadastro Único - CadÚnico em 2010, a qual facilitou o acesso a serviços de saúde Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011 (BRASIL, 2011). A implementação da política, foi feita pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH¹, que atende a todos os casos de violação dos direitos humanos, viabiliza o acesso à justiça e capacita os profissionais que atuam nessa rede.

A inscrição no CadÚnico possibilita, também, o acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, cuja seleção de beneficiários, consta da Portaria n. 412, de 06 de agosto de 2015 (BRASIL, 2015). Não tem nada direto relacionado a eles

A partir da Política Nacional e desta nova abordagem das políticas públicas destinadas à população em situação de rua, um dos grandes ganhos foi o funcionamento dos Consultórios na Rua, estabelecidos pela Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012. (BRASIL, 2012).

O PRONATEC Pop Rua foi instituído nacionalmente com turmas exclusivas e metodologia adaptada à realidade e necessidade desse público, como estratégia de inclusão socioeconômica e de autonomia da população em situação de rua.

Além do já mencionado decreto 7.053/09 (BRASIL, 2009), que reforça as normativas de políticas públicas prioritárias para esse público, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993), têm como diretriz a integração de todas as políticas sociais para proporcionar a universalidade dos direitos e o atendimento adequado através da construção em rede.

¹ O Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) é um projeto não governamental, sem fins lucrativos, criado a partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua, Decreto 7.053 de 2009, art. 15º, destinado a promover e proteger os direitos da população em situação de rua e catadores de material reciclável. O CNDDH foi constituído como um espaço de ação política direcionado a assegurar a promoção e defesa dos direitos humanos desses dois grupos populacionais, em face de todas as formas de violência pessoal e social a que estão submetidos em razão da sua precária condição de vida nas cidades brasileiras.

A caracterização realizada pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua traz três características que esta apresenta em comum, são elas: a pobreza extrema, a fragilização e ou rompimento dos vínculos familiares e a ausência de moradia convencional regular. A pobreza extrema como característica da população em situação de rua é discutida por Silva:

Considera-se pobreza extrema a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso a políticas públicas. (2009, p. 129).

Tal rompimento ou fragilização dos vínculos familiares aparece na análise de Silva quando não se trata apenas dos problemas de ordem econômica, pois existem outros que são evidenciados, tais como as divergências e/ou fragilização dos vínculos familiares tais como as “desavenças afetivas, os preconceitos quanto à orientação sexual, a intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas” (2009, p. 131).

Para Rosa (2005) o rompimento dos vínculos familiares é algo característico da população em situação de rua, afirmando que os processos de natureza econômica se constituem como fatores responsáveis por esse rompimento. No entanto Silva (2009) e Rosa (2005) concordam que existem muitos outros fatores que perpassam a trajetória de vida do indivíduo.

Dentre esses, um dos fatores citados por Rosa (2005) é o deslocamento em busca de trabalho, ou seja, a ida do indivíduo a outras cidades, regiões ou mesmo países em na esperança de melhores condições de vida e trabalho e que nem sempre se constituía como uma realidade alcançada. Ao não conseguir emprego e estabilizarem-se em situação de rua, alguns indivíduos ainda sentem o desejo de restabelecer seus vínculos familiares, mas os sentimentos de vergonha, fracasso e humilhação acabam por se constituir como uma barreira que os impede de voltar a se aproximar de familiares e antigos amigos. Esta mesma autora também cita outros fatores como a perda drástica dos vínculos familiares devido à morte ou abandono, e conflitos e brigas com familiares próximos.

Conforme dados do IBGE (2016) em 2016, a população total do Brasil era de 207,7 milhões. Neste sentido considera-se que parte desta população situa-se dentro dos serviços prestados pela assistência social, isto é, são pessoas que se encontram em vulnerabilidade social demandando programas, projetos e serviços que possam superar a

condição de vulnerabilidade social. Entre essa parcela da população encontram-se a população em situação de rua que, conforme estruturação da Política Nacional para a população em Situação de Rua e outras políticas setoriais correlatas, atualmente é assistida pelas Secretarias Municipais de Assistência Social ofertando os serviços do Centro de Referência Especializado para População em situação de rua - Centro POP e pelo serviço de Abordagem Social, e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O Centro POP constitui-se em unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexibilidade, da PNAS, como um equipamento e serviço de natureza pública estatal.

Em 2015 foi realizada uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA com base em dados que projetou que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas:

Das 101.854 pessoas em situação de rua, 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam municípios com mais de 100 mil pessoas. Já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63%. (MARCO NATALINO, 2016)

O aumento dessa população está correlacionado aos reflexos da exclusão social, que a cada dia atinge e prejudica uma quantidade maior de pessoas que não se enquadram no atual modelo econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional, embora essa seja inacessível à maioria da população. É inegável que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia, fato ocorrido em decorrência de muitos fatores sociais: ausência de vínculos familiares, desemprego, violência, perda da autoestima, dependência química, doença mental, entre outros fatores. Cabe ressaltar, também, a precariedade na execução das políticas públicas destinada a esse público.

3. CENTRO POP

O município de Paranaguá está situado no litoral do Paraná e de acordo com a pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, estima-se que Paranaguá possui uma população de 151.829 habitantes. No município está localizado o Porto de Paranaguá que, em consequência de sua relevância no processo de exportação de grãos e outros produtos industrializados, ocupa lugar de destaque na vida econômica brasileira e participa do desenvolvimento econômico-social do município, mas também, de outro lado, contribuindo no agravamento da questão social local². Como já fora dito, por ser um município litorâneo, com uma temperatura agradável, se torna um lugar muito atrativo também devido às festas típicas da cidade, as quais trazem turistas de diversas regiões do Paraná e até de outros Estado, mas também uma população circulante que por vezes permanece na cidade, seja em atividades informais ou devido ao porto, como possíveis fonte de renda.

Para atender essa população o município conta com os seguintes serviços e/ou políticas públicas da saúde, segurança, educação, trabalho, meio ambiente, conselho tutelar agricultura e pesca, CAGEPAR (Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá), comunicação social, cultura e turismo, defesa civil serviços urbanos, governoe ouvidoria geral e a assistencial social, a qual o Centro POP é uma das políticas presentes para abordar a População em Situação de Rua

O Centro POP foi inaugurado no dia 03 de novembro de 2014 com o intuito de prestar um serviço especializado e de qualidade para a população em situação de rua, com base na normativa, e na aprovação da alteração na LOAS e da Lei do SUAS, a atenção às pessoas em situação de rua no campo da assistência social passou a se firmar sobre bases mais sólidas, que lhe asseguraram definitivamente o reconhecimento como sujeitos de direitos.

Posteriormente, em decorrência das alterações da LOAS, por meio da Lei n° 11.256/05, de 30 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua,

² A atividade portuária impacta sobre a questão urbana do município, produzindo redesenhos nos espaços de moradia, redefinição de vias urbanas, segregação espacial da cidade, além de um contingente de pessoas com fluxo contínuo de deslocamentos, de população em situação de rua, de prostituição, dentre outras situações que demandam políticas públicas de caráter social do município.

o poder público municipal passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população em situação de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania.

Conforme previsto na Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social NOB SUAS 2005, o cofinanciamento federal para a oferta de serviços pelo Centro POP é operacionalizado por meio do Piso Fixo de Média Complexidade, via transferência regular e automática, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos de Assistência Social dos municípios e Distrito Federal, ou para Fundos Estaduais de Assistência Social, no caso de municípios de pequeno porte que atendem a essa população em CREAS Regional.

O Centro-Pop se constitui como um serviço de atendimento à população em situação de rua, sendo uma unidade pública e estatal, dando apoio apenas a adultos, com amparo da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.

As ações desenvolvidas são para atender as demandas, através da abordagem junto ao usuário de forma qualificada e personalizada de modo a promover com cada sujeito, nesta condição, a construção conjunta de seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia. Visando o fortalecimento de vínculo realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Também, é feita a ficha individual de acompanhamento, desenvolvida pela equipe técnica visando evidenciar o perfil e as necessidades da população, realizar articulação com as redes socioassistenciais bem como desenvolver trabalho em oficinas e grupo de apoio

O Centro POP necessita que sua acomodação garanta o espaço físico que comporte a infraestrutura necessária para a completa execução das funções e atividades a serem desenvolvidas neste ambiente. Sua implantação de acordo com o MDS (BRASIL, 2017) relata que:

Para a definição do local onde será implantado o Centro de Referência, o gestor deve considerar as especificidades do território, através da implantação das Unidades em lugar de fácil acesso, maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua na localidade. Desta forma, faz-se necessária a elaboração de um diagnóstico socioterritorial para identificar as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação.

Claro que todo esse diagnóstico, deve ser feito com bases em pesquisas, e informações decorrentes de estudo socioterritorial, levando em conta todas as informações obtidas com órgãos competentes, por exemplo, a abordagem social e em algumas cidades que dispõem de acolhimentos institucionais ou albergues, junto desses também.

Os estudos socioterritoriais são pautados no:

- Conhecimento dos modos de vida dessa população (suas dificuldades, necessidades e potencialidades);
- Políticas, programas, serviços e benefícios que conseguem acessar;
- Suas redes sociais de apoio formais e informais;
- Demandas de acesso (a diversas políticas públicas, documentação, órgãos de defesa de direitos, etc);
- Desafios e deslocamentos necessários à equipe do Centro de Referência para oferta da atenção a esse público.

Contudo, muitas vezes a própria vizinhança do Centro POP acaba por não aceitar o equipamento, pois eles veem a população em situação de rua como uma ameaça às suas famílias e residências, visto que o estigma que essas pessoas sofrem ainda é muito grande.

Contudo, embora o equipamento possa se situar em uma boa localização, ele deve dispor de espaços mínimos para o convívio e desenvolvimento social dos assistidos, no entanto as instalações devem ser de acordo com a “CARTILHA: o SUAS e a população em situação de rua”:

- Recepção e acolhida inicial;
- Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e atividades administrativas;
- Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários;
- Socialização e convívio;
- Copa/cozinha;
- Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Refeitório;
- Lavanderia;
- Guarda de pertences, com armários individualizados;

- Higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive).

O Centro POP de Paranaguá está localizado a 1 km do centro da cidade, situado em uma rua movimentada, porém é uma rua de passagem, com poucos comércios, possui mais residências. Possui hospitais e fórum próximos. É um equipamento com um espaço bem amplo tendo espaço de recreação para os atendidos, um local para os profissionais do serviço social e da psicologia, para o atendimento individual especializado, outro local para a coordenação e para os educadores sociais.

O MDS regra também sobre o que de mobiliário deve conter, para o melhor aproveitamento dos serviços ofertados, como por exemplo:

- Mobiliário, computadores, telefone;
- Material de expediente e material para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas (pedagógicos, culturais, esportivos, etc.);
- Veículo para utilização da equipe (de uso exclusivo ou compartilhado);
- Arquivos, armários ou outros, para guarda de prontuários físicos em condições de segurança e sigilo;
- Armários individualizados para guardar pertences;
- Materiais para a produção e realização de refeições;
- Artigos de higiene pessoal.
- Acesso à internet;
- Impressora;
- Material multimídia, tais como: TV, equipamento de som, aparelho de DVD, máquina fotográfica.

O Centro POP tem que funcionar ao menos 5 dias por semana, 8 horas por dia, sendo que deste período deve ter os profissionais aptos a desenvolverem o bom funcionamento dos serviços ofertados pelo Centro, mas esses horários podem ser ampliados, visando o melhor atendimento aos moradores em situação de rua.

A equipe do Centro-pop, segundo o MDS, deve ser constituída de um grupo de profissionais contendo: 1 Coordenador (a); 2 Assistentes Sociais; 02 Psicólogos (as); 01 técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, 04 profissionais de nível superior ou médio para a realização da abordagem social, o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades; 02 auxiliar administrativo.

Estes profissionais devem estar aptos e capacitados ao tratamento humanizado dos atendidos, se atendo a valores éticos correspondentes, que possam trabalhar bem em grupos, lembrando que são pessoas em situações muitas vezes extremas, vivendo à margem da sociedade contemporânea, o que necessita de muita cuidado no convívio.

No site do MDS, 2013, foram expostas normatizações para consulta e estudo do atendimento a População em Situação de rua, sendo eles:

- (BRASIL, 2004). Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS, “no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (p.37).
- (BRASIL 2005), Lei nº 11.258 de 2005, que inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, devem ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
- (BRASIL 2006a), Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006. – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
- (BRASIL 2006b), Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006, – assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.
- (BRASIL 2009a), Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n. 109, de 11 de novembro, de 2009.– Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

- (BRASIL 2009b) Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
- (BRASIL 2010a) Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010– que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- (BRASIL 2010b) Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010 - pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010. Destinou, pela primeira vez, recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro de Referência para População em Situação de Rua, em municípios com mais de 250.000 habitantes e Distrito Federal.
- (BRASIL 2010c). Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010.– Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.

É importante ressaltar que todos os avanços alcançados em nível nacional se refletem diretamente no desenvolvimento de serviços de proteção social dos municípios do país, entretanto, destaca-se a necessidade da abertura de espaços participação da população em situação de rua nestas discussões, visto que, os avanços só poderão obter efetividade de fato a partir do atendimento das demandas destas pessoas. Atendimento este, que deve se dar através dos serviços de proteção social de cada município que por sua vez deverão se pautar na Política nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Dessa forma, partindo da CF/1988 até a inserção da Assistência no âmbito da Seguridade, em 1993, temos um grande avanço, pois a partir dessa inserção a mesma se configura como política de proteção social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos. Há ainda uma mudança significativa no conceito de assistência social, que agora passa a ser vista como política pública.

As políticas trazem consigo grandes mudanças, pois além de romper com a visão conservadora de assistência ou “assistencialismo”, reafirma a necessidade de articulação

entre as demais políticas, como forma de enfrentamento às expressões da questão social. Amplia ainda o conceito de usuário da assistência social, incluindo, de acordo com a LOAS, não apenas aqueles considerados inaptos para o trabalho, mas também, a massa de desempregados e subempregados que, embora aptos ao trabalho, encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social.

3.1 Serviços do Centro Pop

O Centro-pop garante ao indivíduo uma nova perspectiva de vida, dando oportunidades de mudança, visando reatar laços familiares e interpessoais “que oportunizem a construção de novos projetos de vida” (BRASIL, 2017)

De início os moradores acabam por procurar o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua por indicação de outros que já fazem parte do grupo de assistidos do Centro e que divulgam aos de seu grupo os benefícios. Ao dar entrada ele é recepcionado com entrevista informal e encaminhado para o banho, caso queira, e para o café da manhã. Isso se ele conseguir dar entrada no horário correto, pois o Centro-pop tem uma política de horários, se o interessado procurar após as 10 horas da manhã não poderá mais tomar o café da manhã de acordo com as normas do equipamento, terá que esperar o almoço, o que acaba limitando àqueles que da Política para População em Situação de Rua necessitam, porém eles podem continuar usufruindo do espaço do Centro POP, aproveitando seu tempo para fazer sua higiene pessoal e participar das atividades educativas desenvolvidas pelos profissionais do Centro POP. Após esse momento inicial ele é encaminhado ao Assistente Social, com o qual participará de uma entrevista completa, se ele possui a documentação ou se será necessário providenciar, motivo de estar em situação de rua, familiares, se quer ter contato com estes, se tem pretensão de arranjar um trabalho ou se já possui um, de qual município ele procede, se gostaria de retornar ao município de origem ou não.

Possui também o Serviço de Abordagem social, *in loco*, se o usuário constitui-se como pessoa em situação de rua, a equipe irá encaminhá-los conforme necessidade, assim como orientá-los sobre os atendimentos na estrutura do Centro POP;

Assegurar o trabalho social de abordagem que identifique as características dos moradores de rua e as suas necessidades, indo nos locais onde os mesmos pernoitam, que normalmente se situa nas áreas públicas das cidades. O serviço busca uma solução imediata para os problemas mais infringentes do morador de rua, encaminhado para os serviços públicos, famílias e até mesmo acionando o poder policial, desde que o mesmo não prejudique o

execução do serviço especializado para pessoas em situação de rua. (MENDEZ, 2013)

A acolhida constitui importante momento para o atendimento inicial sendo realizada pela equipe dos educadores sociais. Há também a possibilidade de fornecimento de passagem de ônibus, cabendo destacar que nos casos em que a pessoa não possui vínculos familiares em Paranaguá, o técnico do Centro POP estabelecerá contato com familiares ou com o local de trabalho informado pelo usuário, a fim de confirmar o local e se este realmente possui vínculos com a cidade destino/origem, para que somente mediante tal confirmação, libere uma passagem de ônibus.

Encaminhamento, considerando o atendimento do Centro POP, serão realizados encaminhamentos conforme a realidade social dos usuários, sendo mantido contato com as demais secretarias para o fomento das ações nas áreas.

3.1.1 Acompanhamento Especializado

As Entrevistas são importantes estratégias utilizadas nos primeiros contatos com os usuários para a acolhida e a avaliação inicial, que permitem conhecer e analisar as demandas e expectativas dos sujeitos atendidos para a elaboração conjunta do Plano de Acolhimento.

O Atendimento Individual ou Familiar tem como objetivo proporcionar a escuta qualificada além de informar, esclarecer e orientar os usuários. Sua realização constitui responsabilidade do Assistente Social e do Psicólogo.

Orientação e atendimento em grupo, inserção do usuário em atividade coletiva.

O grupo tem como objetivo favorecer o processo de reflexão, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, do protagonismo e da participação social e instigar a construção de novas trajetórias de vida. Elaboração da Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o plano de acompanhamento tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe do serviço e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido.

3.2 **Serviço social no Centro Pop**

As ações desenvolvidas pelo serviço social devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional -, que possam conduzir a impactos

mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida.

Todos os profissionais possuem seus instrumentos de trabalho, e o assistente social sendo um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita das bases teóricas, metodológicas, técnicas e éticas-políticas para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são um “conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional”. (MARTINELLI, 1994, p.137).

O instrumental e a técnica estão relacionados em uma “unidade dialética”, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental “abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades” (MARTINELLI, 2000, p.138).

As técnicas de intervenção possibilitam aos assistentes sociais relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos. Medina (2004) refere-se à entrevista como um momento épico, único e especial, de encontro entre sujeitos, no qual se faz presente o embate democrático e saudável de ideias, trajetórias e singularidades.

Constitui-se a entrevista como um instrumento de trabalho do assistente social assumido desde os primórdios da profissão. Mary Richmond (1950), em sua obra *Diagnóstico Social*, referia que através dela o assistente social faria o diagnóstico social.

Naquela época, a entrevista inicial era como uma conversa inicial. “Considerava-a um procedimento difícil, por entender que era naquele encontro que se estabeleciam as bases do entendimento de ambos e da obtenção dos fios que orientariam o trabalho até alcançar a avaliação, que ela denominava como ‘juízo final’.” A autora dizia que, na primeira entrevista, fossem observados os seus objetivos e lembrava que, naquele momento, a assistente social deveria ser delicada, paciente, e ter uma escuta tranquila em relação ao usuário.

A entrevista é um instrumento de uso cotidiano para muitos profissionais, ela é de extrema relevância para os que lidam diretamente com os usuários. Sua importância se dá em permitir aos assistentes sociais o conhecimento da realidade, “sob a ótica da história de vida de alguém que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas, e que as informações e recursos não estão disponíveis para um acesso autônomo” (CARDOSO, 2008, p. 34).

Assim como todos os outros instrumentos, a entrevista exige um roteiro para o seu desenvolvimento, a primeira etapa está relacionada ao planejamento. Planejar é estudar, organizar, coordenar ações a serem tomadas para a realização de uma atividade visando solucionar um problema ou alcançar um objetivo. esclarecer os fundamentos e realizar um conjunto das ações. Portanto, é importante que o assistente social se organize para realizar a entrevista, “considerando que sua ação esteja sustentada pelos eixos teórico, técnico e ético político.” O planejamento nada mais é do que uma mediação teórico-metodológica. Para ser bem sucedido durante a entrevista, o profissional deve ter pleno conhecimento da política social trabalhada.

Na sequência é realizada a finalidade da entrevista, seus objetivos, como será feita a coleta de dados, a orientação, o atendimento em grupo e a inserção dos usuários em atividades coletivas. O grupo tem como objetivo favorecer o processo de reflexão, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, do protagonismo e da participação social e a construção de novas trajetórias de vida

Para Magalhães (2006) um bom entrevistador ouve muito e fala pouco. Durante a entrevista, o assistente social tem que assegurar a apreensão do conteúdo trabalhado, e assim compreender a realidade que se apresenta através dos sentimentos, dos desejos e das necessidades sociais. Tudo isso se volta à habilidade de saber escutar, questionamento e observação. As entrevistas subsequentes variam de 45 a 30 minutos, é importante manter o processo de reflexão e a elaboração do PAIF (Proteção e Atendimento Integral a Família), o plano de acompanhamento tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe do serviço e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido.

Os profissionais devem alertar-se de que o “limite entre a busca de conhecimento para a garantia e efetivação de direitos e a invasão da privacidade de maneira arbitrária é tênue” (FÁVERO, 2009, p. 628).

A entrevista possibilita um movimento de reconstrução vivenciado pelos usuários de uma forma mais crítica. Eles se mostram fragilizados, cabendo ao profissional iniciar um processo mais reflexivo diante do que é lhes são apresentado.

O processo reflexivo, característico das ações sócio educativas de desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. Pauta-se no princípio de que as demandas que chegam às instituições, trazidas por indivíduo, grupos ou famílias são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais (MIOTO, 2009, p 503).

A entrevista, assim como outros instrumentos utilizados no trabalho do assistente social, constituem-se em “potencializadores das intencionalidades teórico-práticas para a efetivação da ação” (SANTOS, 2007, p. 4). São meios de trabalho que impulsionam e colocam em movimento as finalidades profissionais.

Muitas vezes o processo da entrevista traz a ansiedade em ambos e dificulta a limitação do tempo, no entanto é importante manter o processo de reflexão a fim de que o usuário possa processualmente elaborar os assuntos tratados na entrevista. O foco da reflexão sobre as técnicas de entrevista está direcionado para o estabelecimento de vínculo entre os envolvidos para a eficácia do atendimento.

Na sequência é trabalhado o registro da entrevista que se fundamenta no direito ao atendimento documentado e no acesso aos dados registrados. Com o objetivo de contribuir com a plenitude do atendimento e compartilhar o conhecimento com os demais profissionais da instituição a escuta é o que torna possível a habilidade no uso das técnicas de acolhimento.

Uma das inspirações para entender o que o acolhimento é, foi a obra de Merhy quando ele trata;

[...] o encontro entre esses sujeitos se dá num espaço intercessor no qual se produz uma relação de escuta e responsabilização, a partir do que se constituem vínculos e compromissos que norteiam os projetos de intervenção. Esse espaço permite que o trabalhador use de sua principal tecnologia, o saber, tratando o usuário como sujeito portador e criador de direitos. O objetivo da intervenção seria o controle do sofrimento [...].(1997, p. 132),.

Quando o assistente social refere-se a acolhimento, entende que, na entrevista, houve um espaço de mediação no qual ocorre a criação de vínculos entre o usuário e a instituição. Assim, o acolhimento não se limita apenas ao ato de receber e ouvir, mas a uma sequência de atos que buscam a intervenção para aquele usuário.

Em outra produção bibliográfica do Serviço Social encontra-se, especificamente, o debate do acolhimento, apreendido por Santos (2006) que o define como sendo,

[...] um processo de intervenção profissional que incorpora as relações humanas. Não se limita ao ato de receber alguém, mas a uma sequência de atos dentro de um processo de trabalho. Envolve a escuta social qualificada, com a valorização da demanda que procura o serviço oferecido, a identificação da situação problema, no âmbito individual, mas também coletivo (ibid., p. 58).

Dentro do Serviço de Acolhimento para pessoas em situação de rua, o assistente social se coloca em posição da defesa dos direitos sociais, para que frente à demanda se institua a garantia de suprir a necessidade tanto imediata, que se faz emergencial, quanto à de longa investigação, fazendo a leitura crítica da realidade e identificando assim além do que está posto. O assistente social atua no atendimento direto com o indivíduo, mas também com a articulação com as políticas no sentido de viabilizar os direitos garantidos em lei.

O Serviço Social trabalha na perspectiva da efetivação dos direitos sociais, através de ações comprometidas com a cidadania e com a democracia, rompendo com essa situação de exclusão, restabelecendo o indivíduo na vida social, inserindo-o a serviços e programas, lado a lado com as políticas públicas, para fazer a construção de novos projetos de vida como cidadão de direitos.

Nos ambientes em que atua, o assistente social intervém planejando, organizando e promovendo o atendimento de forma integral e humanizada, identificando os aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados ao processo do ser social.

4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUE UTILIZA OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CENTRO POP

Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, as Pessoas em Situação de rua é um “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.”

A população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. Segundo a definição de cientistas sociais como Alcock (1997) e Castel (1998), exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Assim, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (MARTINS, 1994).

Para Escorel (2000) a característica que mais chama atenção nas pesquisas e estudos é a heterogeneidade da dessa população. O autor enfatiza que essa população possui origem, interesses, vínculos sociais, e perfis socioeconômicos distintos.

Nas pesquisas realizadas em obras dos autores citados, encontram-se definições e contextos diferentes para explicitar os fatores que leva uma pessoa a situação de rua, porém sempre se é voltado para a ruptura familiar.

Em sequencia vínculos interrompidos, falta de moradia, desemprego, uso abusivo de álcool e outras drogas, até mesmo as decepções amorosas e a perda de um ente querido.

Segundo MDS (Brasil, 2013), em conjunto com a UNESCO, foram identificados na Pesquisa Nacional alguns dados sobre o perfil desta população:

- 82% do sexo masculino;
- 53% com idade entre 25 e 44 anos;
- 67% são negros;
- A maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais;
- Composta, em grande parte, por trabalhadores – 70,9% exercem alguma atividade remunerada;
- Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência;
- Parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos;
- 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos;
- 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições;

- 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo;
- 24,8% não possuem quaisquer documentos de identificação;
- 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto;
- 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Ainda segundo o relatório do MDS as principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são:

1. Alcoolismo/drogas (35,5%);
2. Desemprego (29,8%);
3. Desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

Um fato interessante a ser levado em comparação com a pesquisa do MDS, é que, segundo as assistentes sociais do Centro POP de Paranaguá, cerca 1 a cada 4 que dão entrada no Centro-pop são emigrantes de outros municípios que não tem um Centro-pop que viajam para Paranaguá por causa da cidade ter um sistema de apoio mais completo que dá cidade de origem.

Dentre esta massa, encontram-se aqueles que nem mesmo um teto possuem, restando-lhes apenas uma única saída: a rua. A maioria desse contingente se faz presente nas grandes e médias cidades brasileiras, ocupando logradouros públicos para morar e sobreviver. É consequência de uma reação relacionada com a reestruturação produtiva, globalização, desemprego, rebaixamento salarial, dependência química, violência urbana etc, revelando um quadro social e econômico sem equilíbrio, injusto..

Para muitos autores como Ianni (1989), Iamamoto (1999), Santos (2012), Yasbek (2012) e Montañó (2012), a questão social é o conjunto das muitas expressões de desigualdade que o sistema econômico capitalista produz, tendo o trabalho como a base pilar na construção da vida social, o qual tem seu fruto, que é a produção social, monopolizada por uma parte minoritária da sociedade, o que significa dizer que a riqueza socialmente produzida não é distribuída de forma equilibrada.

O modo destas pessoas se relacionarem com outros segmentos da sociedade deixa clara uma exigência de submissão. Quando se diz que serviços, como saúde e educação, são direito de todos e dever do estado, mas um dos problemas maiores enfrentados por esses indivíduos que vivem em situação de rua é o tratamento dado pela própria sociedade, ao considerarem os mesmos como inúteis, improdutivos, vagabundos e preguiçosos, e dessa forma são estigmatizados por não estarem inseridos diretamente no mercado formal de trabalho.

4.1 Paranaguá

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRE, 1986).

Pelo CENTRO POP de Paranaguá, desde sua inauguração até o final de 2016, passaram cerca de 32.789 pessoas. Foram realizados 1.089 cadastros pelos educadores sociais. De todos os atendimentos cadastrais realizados 350 são de Paranaguá.

O Centro POP oferece a alimentação, higiene pessoal, uma nova guia para a documentação, busca familiar, atividades sócio-educativas, o plano individual de acolhimento e a inserção no CadÚnico.

Todos indivíduos que procuram o Centro-pop têm um cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais, pois assim: Potencializa o acesso dessa população aos programas complementares destinados aos usuários do Cadastro Único e à rede de serviços, benefícios e programas de transferência de renda. e também ajuda a Produzir informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas. (MDS, 2017). No CENTRO POP, foram efetuados desde então cerca de 47 cadastros, pois como é um público “nômade” muitos já haviam feito seus cadastros em outras cidades

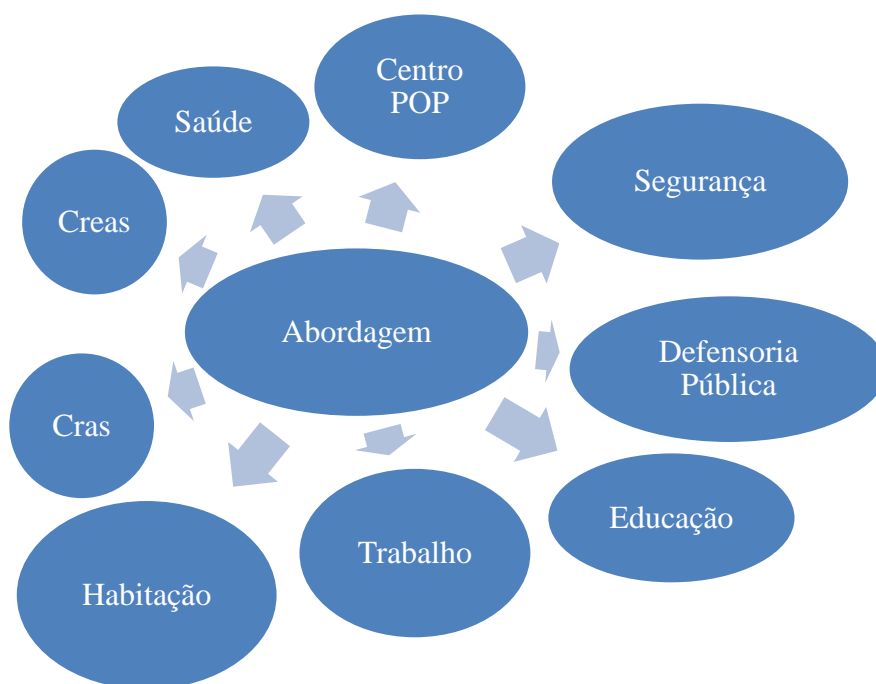
Uma das características muito presente na abordagem social do CENTRO POP é o trabalho com a rede, pois como ela é um sistema organizativo é definido como a: interação, vínculos não hierarquizados e intercâmbio de informações e trocas diversas (NEVES, 2009). Através dessa percepção compreende-se que a rede compartilha de objetivos e tarefas comuns, são capazes de promover uma organização em prol dos resultados finais.

Enfrentar os desafios que o trabalho em rede sugere é acima de tudo ter clareza dos princípios e diretrizes que fundamentam o projeto ético-político da profissão. No entanto, o que é constatado são profissionais que se encontram ainda sem condições objetivas de desenvolver uma prática profissional nesta perspectiva crítica, permanecendo, na maioria das vezes, no imediatismo das demandas apresentadas no cotidiano do Centro POP.

Tal situação pode ter como fatores explicativos: a deficiência de um aporte teórico metodológico capaz de atender as exigências da realidade social; a falta de qualificação permanente; a sobrecarga de trabalho no cotidiano das instituições, transformando-se em um fator desmotivador na busca de alternativas de atuação e atrelado a isso, a constante

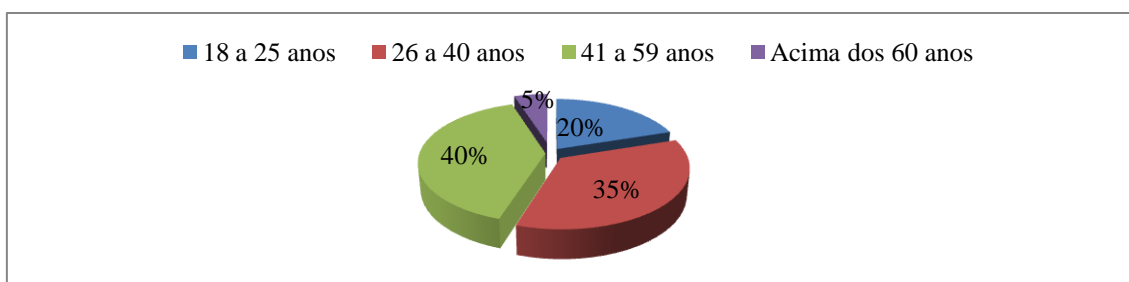
impossibilidade de responder concretamente a todas as demandas, devido à ausência de recursos.

Essa realidade não se restringe somente ao espaço do Centro POP, mas pode ser visualizada nos mais diferentes contextos institucionais, o que implica dizer que faz parte dos inúmeros desafios que a profissão enfrenta para se consolidar enquanto pertencente à divisão social e técnica do trabalho.



A população usuária do Centro POP inclui pessoas a partir dos 18 até 60 anos, pessoas com idade inferior ou superior são encaminhadas para o Conselho Tutelar ou Conselho do Idoso, a pessoa passa pela abordagem e logo em seguida é encaminhada para outro órgão que é o responsável, sendo assim ela até recebe o atendimento, mas não é possível dar continuidade no Centro POP.

A faixa etária dos usuários cadastrados no Centro POP é variada, conforme mostra o gráfico abaixo:



Como mostra o gráfico, boa parte da população de rua está entre os 41 a 59 anos, durante algumas intervenções trabalhadas no período de estágio com a população nessa faixa etária.

Em todas as visitas domiciliares realizadas, o nosso objetivo era conversar com a família e sensibilizá-la a ter um novo olhar sobre indivíduo, que mostrou interesse em retornar ao convívio familiar e participar de tratamento para a dependência química. Embora toda essa mediação entre a família e o usuário fosse feita, o índice de retorno ao convívio familiar não ultrapassou 10% em nossa experiência concreta. A visita domiciliar é feita apenas quando o usuário demonstra o desejo de voltar ou quando o usuário se encontra em um estado crítico de saúde, caso contrário não podemos passar por cima da vontade de cada usuário, sob o risco de perdermos todo um trabalho feito com eles, bem como facilitar o rompimento de vínculo, que fora construído com muita quebra de paradigmas, saindo do que a sociedade chama de “padrão”, “correto”, mas conhecendo cada vez mais esse público, suas necessidades e principalmente suas especificações..

Com base nos dados cadastrais colhidos de Julho de 2015 a julho de 2016 os principais fatores contribuintes para a situação de rua são:

- Desemprego 28%
- Falta de vínculos 11%
- Conflitos familiares 1%
- Dependência química 60%

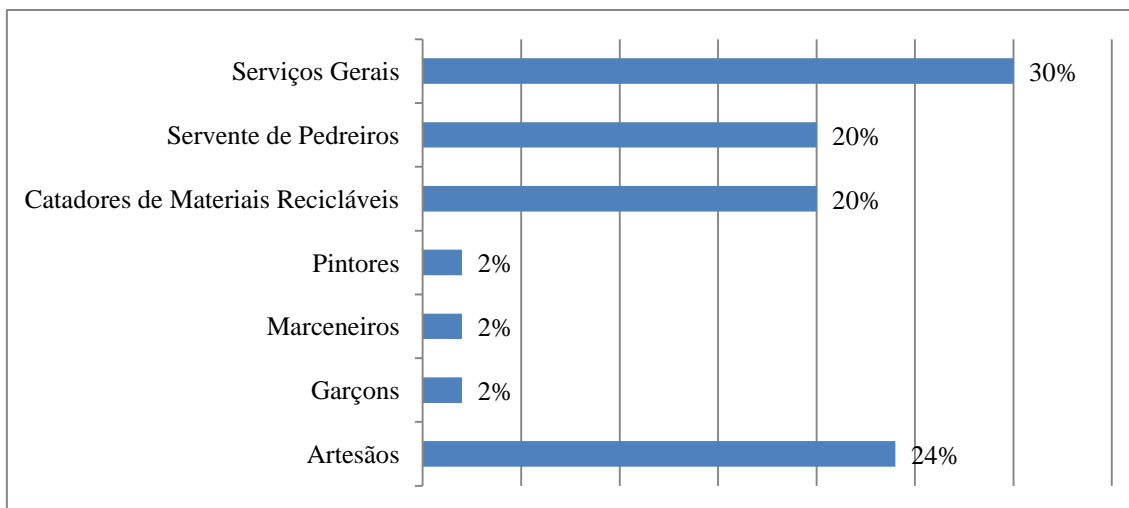
O desemprego muitas vezes pela crise econômica, falta de capacitação, substituição da mão de obra por máquinas, custos de impostos elevados, o fato de morar longe dos centros urbanos e a dependência química. Esses fatores falados acima demonstram um pouquinho da realidade de qualquer sociedade que possui o modo de produção capitalista. Como historicamente já fora citado, muitas pessoas abandonam suas casas em busca de emprego, chegam aos grandes centros e não conseguem emprego, e acabam ficando pelas ruas por diversos fatores, os que possuem condições de voltar para os seus lares voltam e os que não possuem permanecem nas ruas e acabam conhecendo outra “realidade”.

Embora a dependência química seja uns dos principais fatores relacionados a idas para as ruas, dentro desse 60%, em conversa com os usuários, existe uma

porcentagem relevante quando se fala em drogas e família. A aceitação por parte da família acaba sendo muito raro, o que torna a rua uma “válvula de escape.”

Para o Centro Regional de Referência em Drogas de Minas Gerais, quando se fala em dependência química se fala também em transtorno mental, em que o portador desse distúrbio perde o controle do uso da substância, e a sua vida psíquica, emocional, espiritual e física vai se deteriorando gradativamente com o uso contínuo. Da população cadastrada, cerca de 29% são de usuários apenas do álcool; 20% das drogas ilícitas em geral; e 51% fazem o uso de ambas as drogas, lícitas e as ilícitas. Existem fatores internos de cada organismo, que atuam direta e indiretamente e contribuem para a instalação da doença, provocando uma predisposição física e emocional para a dependência. Atinge também o estado físico manifestando-se com o aparecimento de profundas modificações físicas, alterando o metabolismo orgânico quando se interrompe o uso da droga. Essas alterações físicas obrigam o usuário a continuar consumindo a droga, caso contrário ocorre uma “crise ou síndrome de abstinência”. Essas alterações presentes na “Síndrome de Abstinência” se manifestam por sinais e sintomas de natureza física e variam conforme a droga. Ela é extremamente satisfatória atingindo o psicológico, dando uma sensação boa provocada pelo uso da droga que faz com que o indivíduo a utilize continuamente para permanecer satisfeito e evitar o mal estar da abstinência. A falta da droga deixa o dependente abatido, em péssimo estado psicológico. Quando privados da substância, os dependentes sofrem modificações de humor, comportamento, mal-estar.

A grande maioria dessa população possui profissões diversas, porém por motivos de força maior como a dependência química, acabaram abandonando seus empregos. Hoje vivem com que a rua oferece a eles, cuidam de carros, capem terrenos, “catam latinhas” e se tornam “pedintes”. O gráfico abaixo traz algumas profissões presentes na vida da população em situação de rua que frequenta o Centro POP Paranaguá.



4.2 Entrevistas com os profissionais do Centro POP Paranaguá

Para os profissionais cabe distinguir os que: “ficam na rua (circunstancialmente) - aqueles que utilizam o espaço da rua como vinda do município das cidades vizinhas por questões de saúde, não tendo parentes ou casa de apoio acaba utilizando, ou aqueles que por desavença no lar, ou aqueles que utilizam-se do espaço da rua para usar drogas. Assim como aqueles que utilizam-se da rua como espaço de trabalho, como malabaristas, vendedores ambulantes e outros.”

Normalmente os fatores são dificuldade financeira no momento que possa pagar por um lugar que atenda suas necessidades naquele momento; E os que estão na rua (não consideram as ruas tão ameaçadoras), aqueles que já estão algum tempo, advinda das dificuldades momentânea, mas que não conseguiram sair, acrescenta-se o conflito familiar, um maior consumo de drogas, dificultando o retorno para o trabalho, que são influenciados por outros fatores, tais como o agravamento de doença, baixa escolaridade ou qualificação profissional entre outros.

Os que são da rua (já estão há um bom tempo, adaptaram-se a esse estilo de vida). Não se veem em outra situação, normalmente sem vínculos familiares, estão fragilizados pelas sequelas de doenças, inclusive mentais.

Dentro dessa linha de pensamento, é a somatória de vários determinantes que levam a pessoa à situação de rua, tais como;

- rejeição da sociedade
- fragilidade no estado físico e mental;
- falta ou fragilidade de vínculos familiares;
- perda de referência como da moradia ;

- não inserção no processo de trabalho;
- falta de perspectivas de vida;
- perda de autoestima;
- desenvolvimento de doenças mentais;
- dependência química continuada;
- dificuldade do retorno familiar;
- falta de oportunidade pelo sistema provido pelo capital e do trabalho;

Em conversa com as assistentes sociais do equipamento, após os atendimentos são feitos encaminhamentos para o atendimento em rede conforme suas necessidades, clínicas para tratamento de dependência química, emprego, visitas domiciliares, redução de danos, palestra a grupos, etc. O Centro-pop atende diariamente a uma média entre 45 a 60 usuários.

Tendo as ruas como modo de sobrevivência, nelas, a essa população costuma criar relações entre duas ou mais pessoas, onde se fortalece a amizade baseada na intimidade, onde há casos de casais.

Outros preferem pequenos grupos, vão constituindo laços afetivos entre si, valorizando a segurança, pois entendem que há uma maior proteção estando coletivos. E a aqueles que preferem ficar sozinho, procuram um canto, sem muito movimento e buscam não chamar a atenção.

Entre as principais relações sociais a destacar:

- Companheirismo,
- Laços afetivos entre si;
- Vínculos com alguns estabelecimentos comerciais;
- vínculos afetivos com profissionais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar os fatores que levam pessoas à situação de rua, suas características e relações sociais.

Com isso os resultados das análises realizadas durante essa pesquisa foram de grande enriquecimento para o meu conhecimento junto a minha jornada acadêmica durante esses 4 anos, onde estive vivenciando a prática profissional dentro do campo de atuação do serviço social e colocando em prática o projeto político pedagógico do curso, reconhecendo todo o campo teórico e compreendendo a da População em Situação de Rua.

Podemos afirmar que nossos objetivos em relação à caracterização desse público foram alcançados, não se tratando somente de Paranaguá, mas também a nível nacional, onde os desafios apresentados em nossas análises são os fatores que levaram essa população a situação de rua. Logo conseguimos apresentar, os principais motivos que os levaram a essa situação: dependência química, a falta de vínculos familiares, desemprego, dentre outros apresentados no decorrer do estudo.

Cabe ressaltar que a “População em situação de Rua”, é vista ainda com muitos estigmas e visões negativas de uma sociedade egoísta, pois falta à sociedade o entendimento de que ninguém está na rua simplesmente porque planejou isso para si, há toda uma trajetória de vida e social a ser levada em consideração quando tratamos dessa questão.

Os resultados dentro do equipamento expressam que há uma necessidade de maior efetivação das políticas pública, quando se fala em saúde, pois enquanto elas não dão a abordagem correta para os usuários, à assistência social não consegue dar continuidade para se obter um resultado melhor, fala-se isso não apenas da política, mas também dos profissionais que ali estão inseridos. Diante disso, é possível destacar que há possibilidades de melhoria do grupo profissional e da População em Situação de Rua.

Do ponto de vista histórico, o Serviço Social caminhou paralelo às conquistas dos movimentos sociais da população em situação de rua, configurando-se como aliado em muitas lutas, principalmente, no que se refere à garantia e à ampliação de direitos, buscando provocar mudanças sociais, visando à formulação e à implementação de políticas públicas específicas para a população em situação de rua.

Pensamos sobre a importância da intervenção do assistente social a fim de contribuir para um enriquecimento da percepção do cotidiano pelos sujeitos. Os Assistentes sociais tem o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, atuando nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação de cunho sócio educativo e de prestação de serviço se inserindo nas mais diversas áreas.

Portanto, a descrição histórica e socioassistencial da população em situação de rua, propicia desmistificar, pois se alcançou um entendimento melhor acerca do fenômeno da população em situação de rua, entendendo melhor suas especificidades por meio de dados objetivos e também de trabalho de campo. Como também discutir e dialogar com a sociedade em geral, de como se faz necessário maior esclarecimento de toda a população acerca de quem são essas pessoas, de como esse segmento formou-se historicamente, além de que são titulares dos mesmos direitos essenciais que qualquer outro cidadão.

REFERÊNCIAS

ALCOCK, Peter. Understanding Poverty (2. ed.). London: MacMillian, 1997

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/ SUAS**. Versão Final. MDS, 2004

(BRASIL 2005), **Lei nº 11.258 de 2005**, Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

(BRASIL 2006a), **Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006**. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.10.2006

(BRASIL 2006a), **Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006**. Estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros aos Municípios, destinados à expansão dos serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ao desenvolvimento e aprimoramento da gestão dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, no exercício de 2006.

(BRASIL 2009a), **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n. 109, de 11 de novembro, de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

(BRASIL 2009b). **Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: 2009. Publicado no DOU de 24.12.2009

(BRASIL 2010a), **Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010** Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único .

(BRASIL 2010b), **Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010** Pactua critérios de expansão qualificada do cofinanciamento federal para Serviços Socioassistenciais em 2010.

(BRASIL 2010c). **Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de

Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências

(BRASIL, 2011). **Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011.**Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão).

(BRASIL, 2012). **Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012.**

BRASIL (2015). **Portaria n. 412, de 06 de agosto de 2015.** Aprova o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Brasília: 2015.

(BRASIL2017). **AssistênciaSocial.** Disponível em:<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social>. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

(BRASIL 2017). **Assistência Social.** Disponível em:<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social>. Acesso em: 24 de agosto de 2017

CARDOSO, Maria de Fátima Matos Cardoso. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Bestializados: **O Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. N:BURSZTYN, Macel (org). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2000.

FÁVERO. Eunice. Instruções sociais de processo, sentenças e decisões. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 609-636.

LEWGOY, Alzira M. B. Subsídios para reflexão: a instrumentalidade em Serviço Social. Material didático. Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia, KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. Revista Serviço Social &

Sociedade. N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MEDINA, Cremilda A. Entrevista: diálogo possível. São Paulo: Ática, 2004.

MENDEZ, Roberto. Assistidos, serviços e procedimentos do Centro-pop de Sorocaba. Sorocaba/ SP, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, 15 Setembro de 2013. Entrevista informal cedida ao autor deste trabalho.

Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Orgs.). Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997.

MIOTO. Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento a indivíduos, grupos e famílias. Curso de Especialização Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 497-512.

RICHMOND, Mary E. Diagnóstico social. Lisboa: Fundação Russell Sage, 1950

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Instrumentos e técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. Libertas, Juiz de Fora, v. 1 n. 2, p. 70-96, jun. 2007.

SANTOS. E.T. O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social junto a mulheres em situação de violência. 2006 – Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** Cortez São Paulo, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

APÊNDICE 1



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do(a) pesquisador(a).

Título do projeto:

Acadêmica responsável: Gabrielly Martins da Cunha

Telefone: (41)984584948

Orientadora: Prof^a Dra. Silvana Marta Tumelero

Telefone: (41) 3511-8265 (41) 99994-1808

O Objetivo desta pesquisa é “analisar os fatores que levam pessoas à situação de rua, suas características e relações sociais”.

A sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista que será realizado/a pela acadêmica, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o(a) pesquisado(a). Os procedimentos aplicados nesta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Permito que a acadêmica relacionada acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade da acadêmica-pesquisadora responsável por este e sob sua guarda.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela acadêmica-pesquisadora sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____.

Nome _____ e _____ assinatura _____ do _____ sujeito:

APÊNDICE 2



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DOCUMENTOS E DADOS EM ARQUIVO

Título do projeto: “ESTUDO RELACIONADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO CENTRO POP EM PARANAGUÁ”

Acadêmica-pesquisadora: Gabrielly Martins da Cunha
Telefone: (41)984584948
Orientadora: Prof^a Msc. Silvana Marta Tumelero
Telefone: (41) 3511-8265

A acadêmica-pesquisadora do projeto, acima identificada assume o compromisso de:

- a) Preservar a privacidade dos sujeitos da pesquisa cujos dados serão coletados;
- b) Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- c) Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

Instituição: Secretária Municipal de Assistência Social – Centro Referência Especializado em População em situação de rua.

Ciência do responsável da instituição:

Assinatura da acadêmica-pesquisadora responsável:

Matinhos/PR, de de 2017.

1. APÊNDICE 3



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
ENVOLVIDAS**

Matinhos/PR, de de 2017.

Com o objetivo de atender às para obtenção de parecer da Comissão de Ética em Pesquisa – CEP/UFPR, os representantes legais das instituições envolvidas no projeto de pesquisa intitulado “ESTUDO RELACIONADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO CENTRO POP EM PARANAGUÁ” declaram estar cientes e de acordo com seu desenvolvimento nos termos prepostos, salientando que a acadêmica-pesquisadora deverá cumprir os termos da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Acadêmica-pesquisadora: Gabrielly Martins da Cunha
Telefone: (41)984584948
Orientadora: Prof^a Msc. Silvana Marta Tumelero
Telefone: (41) 3511-8265

Assinatura da acadêmica-pesquisadora

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição